



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 19/2020

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 19/2020

PROCESSO ELETRÔNICO N. 0002010-57.2020.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA AQUATICA ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL COM GEORREFERENCIAMENTO PARA ESTUDOS, TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: empresa **AQUATICA ENGENHARIA LTDA**, CNPJ 84.748.433/0001-10, com sede na rua José Camacho, n. 3415, bairro Embratel, CEP: 76.820-886, em Porto Velho/RO, Telefone: (69) 3224-4525, E-mail: aquatica.engenharia@gmail.com, neste ato representada por **PAULO JOSÉ BIESEK**, brasileiro (a), Cédula de Identidade RG 1505523/SSP-RO e CPF 466.008.760-34.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Decreto Federal 9.507/2018, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Resolução TSE 23.234/2010, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Instrução Normativa SG/MPDG 5/2017 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços 2/2020/SEMAP.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 1323/2020 - PRES/DG/GABDG, de 27/08/2020.

DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é a execução de serviço de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral com Georreferenciamento para estudos, tramitação e aprovação de desmembramento junto a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, da Prefeitura Municipal de Porto Velho e registro no Cartório de Imóveis, conforme segue:

A. DO OBJETO

- a. Efetuar a execução de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento de forma a descrever um imóvel em seus limites, características e confrontações por meio de memorial descritivo. Tem o objetivo de determinar a localização da propriedade dentro do globo terrestre.
- b. Neste caso, a futura contratação visará fornecer ao TRE-RO as plantas de localização e locação do imóvel destinado a construção da futura sede do TRE-RO, situado na Av. Lauro Sodré nº 2661, Bairro São Sebastião, com área total de 46.014,00 m², cuja área entregue ao TRE-RO é de 24.671,00 m², demanda que está demonstrado no processo PSEI: 0002397-77.2017.6.22.8000 e 0003323-29.2015.6.22.8000.
- c. Georreferenciamento do imóvel para efetuar a devida locação da futura sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, sendo que, previamente, a locação do lote entregue ao TRE-RO em relação a área maior registrada em nome da União sob a matrícula 80.643, no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho, com área total de 46.014,00 m.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

B. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

a. Os serviços deverão ser executados com toda a perfeição técnica respeitando as normas técnicas, regulamentos e leis aplicáveis aos levantamentos topográficos, em especial a NBR 14.166/1998 e a Lei Federal nº 13.465/2017.

b. Os trabalhos a serem desenvolvidos pela licitante vencedora abrangerão toda a área delimitada do terreno quanto ao seu relevo, limites, confrontações, área, localização, amarração, posicionamento geográfico, e representar planialtimetricamente todos os detalhes naturais e artificiais presentes, compreendendo:

I. Coordenadas plano-retangulares georreferenciadas no Sistema U.T.M. (Universal Transversal Mercator), a partir da estação geodésica do IBGE SAT-RO-12, localizado no terreno objeto de levantamento planialtimétrico, Estação 90012 RO-12, tipo GPS, podendo ser devidamente obtido por meio do Relatório de Estação Geodésia do IBGE, por meio dos seguintes acessos:

- Ajustamento Altimétrico Simultâneo da Rede Altimétrica em 30/07/2018 - REALT 2018 2ª edição disponível em :

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101666.pdf>

- Ajustamento Planimétrico SIRGAS2000 em 23/11/2004 e 06/03/2006 - Relatório em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_sobre_posicionamento_geodesico/rede_planialtimetrica/relatorio/rel_sirgas2000.pdf

- Para obtenção de Altitude Ortométrica referente a levantamento SAT utilizar o MAPGEO2015 disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/modelos-digitais-de-superficie/modelos-digitais-de-superficie/10855-modelo-de-ondulacao-geoidal.html>

- As informações de coordenadas estão relacionadas ao sistema SIRGAS2000, em conformidade com a RPR 01/2015 de 24/02/2015 disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/normas/rpr_01_2015_sirgas2000.pdf

II. Constar no mínimo 4 marcos geodésicos de precisão materializados em campo, com orientação azimutal e respectivas monografias, constando as Coordenadas UTM e no plano topográfico local, bem como as altitudes elipsoidal e ortométrica (para definição das altitudes ortométricas, utilizar o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

software Mapgeo2015 do IBGE), a serem locados conforme determinação do contratante e preferencialmente em áreas públicas.

III. O transporte de coordenadas geodésicas a partir da estação 90012 RO-12, IBGE SAT-RO-12, deverá ser feito com equipamento geodésico de duas frequências, com rastreo de 02 (duas) horas por Marco, encaminhando os arquivos nativos do rastreo em formato rinex, informando a altura e modelo da antena utilizada em cada Marco para conferência e validação pela contratante dos arquivos encaminhados pela contratada dos dados corrigidos das observações GPS (formato Rinex) e do Relatório resultante do processo de correção diferencial das observações GPS.

IV. Após a validação pela contratante a contratada deverá apresentar os relatórios dos marcos geodésicos implantados e o relatório dos equipamentos utilizados.

V. Classe da poligonal topográfica IIPAC.

VI. Escala 1:1000, podendo, em razão da complexidade do projeto, serem exigidas plantas adicionais em escala diferente;

VII. Levantamento planialtimétrico cadastral com georreferenciamento de, além das divisas da área projetada, podendo o Poder Público exigir área de levantamento maior, quando julgar necessário;

c. O levantamento planialtimétrico cadastral com georreferenciamento, deverá conter, no mínimo, as seguintes indicações:

I. Divisas do imóvel (perímetro), da área levantada e indicativo dos confrontantes;

II. Vértices de cada lote;

III. A devida identificação do sistema viário o qual o terreno é confrontante, demonstrando sua situação em relação a via pública, em toda área de levantamento e no perímetro, com a locação exata das vias oficiais de circulação.

IV. Árvores significativas, bosques e florestas e áreas de preservação permanente;

V. Acidentes geográficos, rochas afloradas e eventuais afloramentos rochosos, valas de erosão, taludes, sinalização vertical, os recursos hídricos, áreas alagadiças ou sujeitos à inundação, destacando a cota de maior inundação, córregos, rios, lagoas, nascentes e corpos d'água intermitentes ou não;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI. Servidões e/ou faixas diversas de domínio, existentes no local em escala;

VII. Curvas de nível de metro a metro e indicação em planilha de caminamento dos talwegues;

VIII. Planilha de cálculo da área do imóvel;

IX. Apresentação do levantamento das edificações;

X. Locação de postes com identificação de alta e baixa voltagem, entradas e redes de energia;

XI. Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica/ Termo de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, RRT/CAU do responsável técnico com a taxa devidamente recolhida.

d. Outras informações, tais como:

I. As condições exigíveis para a execução do levantamento planialtimétrico devem compatibilizar medidas angulares, medidas lineares, medidas de desníveis e as respectivas tolerâncias em função dos erros, selecionando métodos, processos e instrumentos, assegurando que a propagação de erros não exceda os limites de segurança inerentes a esta destinação;

II. Referenciar ao Sistema Geodésico Brasileiro todos os elementos topográficos existentes em atendimento ao objeto deste termo.

III. Utilizar o Sistema de Referência SIRGAS 2000;

C. DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS TRABALHOS

I. Em mídia digital, contendo:

a) Desenhos em CAD, extensão *.dwg;

b) Arquivos de pontos em ASCII;

c) Arquivos de campo (caderneta de campo com irradiações);

d) Arquivos com cálculos das poligonais;

e) Memorial Descritivo, em extensão *.doc;

f) Arquivos com dados brutos (sem correção diferencial) das observações GPS, quando utiliza esta tecnologia nos formatos nativos do equipamento e os arquivos no formato RINEX;

g) Arquivos com dados corrigidos das observações GPS no formato RINEX.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h) Arquivos brutos da coletora da estação total, em formato adequado conforme a marca e o modelo do equipamento, que possa ser importado pelo software CIVIL 3D da AUTODESK;
- i) Relatório resultante do processo de correção diferencial das observações GPS;
- j) Monografia dos marcos implantados e o Relatório com a descrição dos equipamentos utilizados;
- l) 05 (cinco) vias de plantas e memoriais descritivos em meio físico, formato A4, devidamente assinado pelo Responsável Técnico, acompanhado da ART ou RRT.

II. Outros Documentos:

- a. Plantas do terreno (fornecidas pela contratante-SPU/RO), que auxiliarão na eventual retificação do título;
- b. Anotações de campo referentes às medidas GPS para associação dos pontos (Marcos) ocupados com os respectivos arquivos de rastreamento, incluindo a informação dos intervalos de rastreio, a altura da antena em cada ponto (Marco) e o modelo da antena;
- c. Comparativo do perímetro encontrado no levantamento com a poligonal obtida a partir da transcrição da matrícula do imóvel.

Observações:

- 1. Dos itens relacionados acima, entregar cópia impressa e encadernada apenas do relatório dos equipamentos utilizados, relatório de ajustamento GPS, monografias dos vértices, relatórios de cálculo das poligonais, ART/RRT/TRT emitidos pelo CREA, CAU, ou CRT e desenhos em 2 (duas) vias impressas e assinadas pelo responsável técnico.
- 2. A área maior será dividida em 3 (três) lotes, com áreas assim distribuídas:
 - Lote 003: 12.296,00 m²
 - Lote 004: 9.047,00 m²
 - Lote 005: 24.671,00 m²
- 3. As dimensões dos lotes poderão sofrer ajustes em função da precisão que caracteriza o levantamento georreferenciado, pois as informações contidas na matrícula de registro não foram georreferenciadas.
- 4. Deverá, ainda, entregar Planta e Memorial Descritivo, no modelo da Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, da Prefeitura



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Municipal de Porto Velho, em 3 (três) vias cada, da área maior e das subdivisões do lote anteriormente demonstrado.

D. DO LOCAL DO SERVIÇO

i. Os serviços serão realizados no imóvel situado na Avenida Lauro Sodré, nº 2.661, Bairro: São Sebastião, Porto Velho, Rondônia, tendo como confrontantes: ao Norte: terras ocupadas pela Polícia Federal; ao Sul: a CPRM e o Correios; ao leste: Av. Lauro Sodré e a Oeste: terras ocupadas por terceiros; possui uma área de 46.014,00 m², matrícula nº 80.643, no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho – RO.

ii. Os serviços contratados serão executados conforme disposição contratual, sendo que qualquer modificação, alteração ou exclusão de áreas, será indicada pelo Gestor e pelo Fiscal de Contrato ora designados para acompanhamento dos serviços.

Subcláusula Primeira – As definições desta contratação encontram-se no item 1, A, do Projeto Básico respectivo.

Subcláusula Segunda – A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental para esta contratação encontram-se no item 4, B, do Projeto Básico respectivo.

Subcláusula Terceira – Por meio da assinatura deste instrumento a contratada ratifica que possui e que manterá todas as condições de habilitação para esta contratação, consoante indicado no item 7 do Projeto Básico respectivo, assim como se compromete a cumprir as disposições contratadas, incluindo o disposto no item 9.2 do Projeto Básico respectivo.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, a Cotação de Preços e o Projeto Básico respectivos, assim como a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA - É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto do Projeto Básico, conforme segue:

1. A CONTRATADA deverá atender todas as demandas do CONTRATANTE, que serão solicitadas levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do gestor/fiscal da contratação e poderão ser precedidas, ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à contratada.
2. O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.
3. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia do contrato.
4. O prazo de início dos serviços será contado da data de Assinatura do contrato pelas partes.
5. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
6. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pela unidade Gestora.
7. É dispensado o recebimento provisório nesta contratação, com fulcro no Art. 29, §2, II, da IN 004/2008/TRE-RO.
8. O recebimento definitivo será realizado em até 10 dias pelo Gestor, após comunicação, por escrito, pela CONTRATADA comunicando o término dos serviços.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do objeto contratado, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS, devendo, para tanto, serem a subcontratação observar as regras abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

1. Razão Social;
2. CNPJ;
3. Nome e CPF do(s) sócio(s);
4. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
5. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
6. Justificativa para subcontratação.
7. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação.
8. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.
9. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Os prazos de vigência e de execução desta contratação serão de 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, podendo ser prorrogados, a juízo da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração e justificada pela Autoridade competente, obedecidas as normas legais, entre elas:

1. Prestação regular dos serviços;
2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
3. Manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
4. Manutenção do interesse pelo Contratado;
5. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O valor total desta Carta-Contrato é de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As condições quanto à eventual reajuste, à eventual reequilíbrio e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, com Programa de Trabalho 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa 33903905, conforme Nota de Empenho 2020NE000628, de 28/08/2020, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento do objeto da presente Carta-Contrato Observará as condições a seguir:

1. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
2. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;
3. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
4. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação da regularidade pela fiscalização e emissão de Nota Técnica pelo gestor designado pelo CONTRATANTE, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
5. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;
6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
7. O pagamento, quando houver eventuais reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
8. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município, se for o caso, no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;
9. Após oficialização do término do serviço executado e devidamente certificados pela unidade gestora, a Contratada deverá emitir Nota Fiscal e Fatura correspondente ao serviço executado com o valor apresentado na proposta;
10. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas;
11. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pela gestão e fiscalização do Contrato;
12. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do Contrato, sendo que em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais;

14. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$ Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

N1. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência; e

N2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

16. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

17. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

18. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e

19. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – A Gestão desta contratação será realizada pelo titular da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.

Subcláusula Primeira - A Fiscalização desta contratação será realizada por servidor técnico previamente designado no Contrato pela Administração, ou seu substituto legal, em observância à IN/TRE-RO/004/2008.

Subcláusula Segunda – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Quarta - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

Subcláusula Quinta - Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do Contrato a pessoa diversa.

Subcláusula Sexta – É vedada designação de servidor que:

1. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;
2. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
3. tenha parentesco com membro da família do contratado; e
4. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA NONA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
3. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações.
4. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o contrato, aplicando as penalidades cabíveis.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
6. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência do futuro Contrato, o objeto deste PB, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando o contratado de todas as obrigações.
7. Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Projeto Básico respectivo;
8. Expedir ordens de serviço, sempre que necessário, para autorização dos serviços pela CONTRATADA;
9. Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico;
10. Recusar e devolver, de plano, os produtos em desacordo com especificações estabelecidas no Projeto Básico.
11. Promover o acompanhamento e a fiscalização da Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
12. Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.
13. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
14. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
15. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução desta Carta-Contrato;
16. Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato; e
17. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:

1. Indicar no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, o PREPOSTO, podendo ser este prazo prorrogado por igual período pela Autoridade Competente, desde que justificadamente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Empregar, na realização do serviço objeto desta contratação, pessoal devidamente qualificado;
3. Empregar, nos casos aplicáveis aos serviços, materiais e equipamentos novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
4. Gerir a mão de obra necessária para a realização do trabalho, inclusive de eventuais subcontratadas;
5. Atender, por meio do preposto, as solicitações emitidas pelo CONTRATANTE de forma imediata;
6. Submeter à CONTRATANTE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE;
7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;
8. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução do objeto desta contratação;
9. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
10. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
11. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
12. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo eventuais novas regulamentações;
13. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, sendo que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda;

14. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade necessários à execução deste objeto, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

15. Se necessário, proceder à limpeza e retirada de qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da entrega do objeto;

16. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;

17. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

18. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

1. Descrição dos serviços realizados.
2. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.

19. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;

20. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;

21. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

22. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI nas visitas à sala do grupo gerador;

23. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;

24. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;

26. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010, a seguir transcrito:

" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.

"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"

27. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, conforme a seguir indicado:

“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. ”

28. Executar os serviços por mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis;

29. Obedecer rigorosamente às instruções contidas no Projeto Básico e neste instrumento, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;

30. A CONTRATADA deverá prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos neste instrumento e em seus anexos;

31. Enviar relatório ou boletim semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os itens a seguir indicados, objetivando garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA:

1. Condições de trabalho;
2. Casos fortuitos e de força maior;
3. Cumprimento de prazos;
4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

32. Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência da Carta-Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

33. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal desta contratação, decidir acerca desses requerimentos;

II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

34. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta Carta-Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

1. Poderá ficar impedida de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas no Projeto Básico e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, caso a ADJUDICATÁRIA:

1. Deixar de entregar a documentação exigida para assinatura do Contrato;
2. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. Comportar-se de modo inidôneo; e
5. Cometer fraude fiscal.

2. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em instrumento contratual, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a CONTRATADA a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços até 5 (cinco) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo do valor adjudicado, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
2. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do Contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do Contrato.
3. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do Contrato:
 1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do Contrato;
 2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
4. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
5. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:
 1. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
 2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
 3. Multa de até 10% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração.
 4. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 01 (um) anos;
 5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

7. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do Contrato.

8. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

9. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada do montante a que fizer jus.

10. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

11. As multas e demais sanções não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

12. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

13. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

14. A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

16. Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

17. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

20. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

21. Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

22. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAV (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

23. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

24. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

25. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

26. - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

27. Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Em razão da natureza do objeto e este não prosperar por outros exercícios orçamentários (serviços continuados), o objeto deste instrumento é irreajustável.

Subcláusula Oitava – É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Decreto Federal 9.507/2018, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Resolução TSE 23.234/2010, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, na Instrução Normativa SG/MPDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5/2017 e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 03 de setembro de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	PAULO JOSÉ BIESEK Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/09/2020, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO JOSE BIESEK, Usuário Externo**, em 09/09/2020, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/09/2020, às 08:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/09/2020, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROJETO BÁSICO Nº 6/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1.

INTRODUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 9º c/c 14 e 24, II, ambos da Lei n. 8.666/93 e art. 10 da Instrução normativa TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente **PROJETO BÁSICO**, cujo objeto é a contratação direta de empresa Especializada para execução de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral com Georreferenciamento para estudos, tramitação e aprovação de desmembramento junto a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, da Prefeitura Municipal de Porto Velho e registro no Cartório de Imóveis, por meio da Secretaria do Patrimônio da União em Rondônia.

A. DEFINIÇÕES

Licitação: Conjunto harmônico de atos e procedimentos que objetivam garantir a observância do princípio constitucional da isonomia nas contratações públicas com seleção da proposta mais vantajosa.

Administração Pública: a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.

Contratada: Empresa ADJUDICATÁRIA que celebrou contrato com o TRE de Rondônia.

Projeto Básico: peça que descreve a prestação dos serviços, que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes a serem adotados pelas licitantes, na apresentação de suas propostas e pela eventual CONTRATADA para a prestação dos serviços.

Produtos ou Resultados: são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.

Serviços: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.

Georreferenciamento: técnica para descrever um imóvel em seus limites, características e confrontações por meio de memorial descritivo. Tem o objetivo de determinar a localização da propriedade dentro do globo terrestre.

B. DA LEGISLAÇÃO APLICADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I. Aplicam-se a esta contratação, não somente, mas, inclusive:

a. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);

b. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.

c. **Decreto Federal n. 9.507/2018** (Contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.);

d. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - no âmbito do TRE-RO;

e. **Resolução Nº 201 de 03/03/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;

f. **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais.

II. Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

A. DO OBJETO

a. Efetuar a execução de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento de forma a descrever um imóvel em seus limites, características e confrontações por meio de memorial descritivo. Tem o objetivo de determinar a localização da propriedade dentro do globo terrestre.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b. Neste caso, a futura contratação visará fornecer ao TRE-RO as plantas de localização e locação do imóvel destinado a construção da futura sede do TRE-RO, situado na Av. Lauro Sodré nº 2661, Bairro São Sebastião, com área total de 46.014,00 m², cuja área entregue ao TRE-RO é de 24.671,00 m², demanda que está demonstrado no processo PSEI: 0002397-77.2017.6.22.8000 e 0003323-29.2015.6.22.8000.

c. Georreferenciamento do imóvel para efetuar a devida locação da futura sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, sendo que, previamente, a locação do lote entregue ao TRE-RO em relação a área maior registrada em nome da União sob a matrícula 80.643, no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho, com área total de 46.014,00 m.

B. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

a. Os serviços deverão ser executados com toda a perfeição técnica respeitando as normas técnicas, regulamentos e leis aplicáveis aos levantamentos topográficos, em especial a NBR 14.166/1998 e a Lei Federal nº 13.465/2017.

b. Os trabalhos a serem desenvolvidos pela licitante vencedora abrangerão toda a área delimitada do terreno quanto ao seu relevo, limites, confrontações, área, localização, amarração, posicionamento geográfico, e representar planialtimetricamente todos os detalhes naturais e artificiais presentes, compreendendo:

I. Coordenadas plano-retangulares georreferenciadas no Sistema U.T.M. (Universal Transversal Mercator), a partir da estação geodésica do IBGE SAT-RO-12, localizado no terreno objeto de levantamento planialtimétrico, Estação 90012 RO-12, tipo GPS, podendo ser devidamente obtido por meio do Relatório de Estação Geodésia do IBGE, por meio dos seguintes acessos:

- Ajustamento Altimétrico Simultâneo da Rede Altimétrica em 30/07/2018 - REALT 2018 2ª edição disponível em :

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101666.pdf>

- Ajustamento Planimétrico SIRGAS2000 em 23/11/2004 e 06/03/2006 - Relatório em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_sobre_posicionamento_geodesico/rede_planialtimetrica/relatorio/rel_sirgas2000.pdf



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Para obtenção de Altitude Ortométrica referente a levantamento SAT utilizar o MAPGEO2015 disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/modelos-digitais-de-superficie/modelos-digitais-de-superficie/10855-modelo-de-ondulacao-geoidal.html>

- As informações de coordenadas estão relacionadas ao sistema SIRGAS2000, em conformidade com a RPR 01/2015 de 24/02/2015 disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/normas/rpr_01_2015_sirgas2000.pdf

II. Constar no mínimo 4 marcos geodésicos de precisão materializados em campo, com orientação azimutal e respectivas monografias, constando as Coordenadas UTM e no plano topográfico local, bem como as altitudes elipsoidal e ortométrica (para definição das altitudes ortométricas, utilizar o software Mapgeo2015 do IBGE), a serem locados conforme determinação do contratante e preferencialmente em áreas públicas.

III. O transporte de coordenadas geodésicas a partir da estação 90012 RO-12, IBGE SAT-RO-12, deverá ser feito com equipamento geodésico de duas frequências, com rastreo de 02 (duas) horas por Marco, encaminhando os arquivos nativos do rastreo em formato rinex, informando a altura e modelo da antena utilizada em cada Marco para **conferência e validação pela contratante** dos arquivos encaminhados pela contratada dos dados corrigidos das observações GPS (formato Rinex) e do Relatório resultante do processo de correção diferencial das observações GPS.

IV. Após a validação pela contratante a contratada deverá apresentar os relatórios dos marcos geodésicos implantados e o relatório dos equipamentos utilizados.

V. Classe da poligonal topográfica IIPAC.

VI. Escala 1:1000, podendo, em razão da complexidade do projeto, serem exigidas plantas adicionais em escala diferente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII. Levantamento planialtimétrico cadastral com georreferenciamento de, além das divisas da área projetada, podendo o Poder Público exigir área de levantamento maior, quando julgar necessário;

c. O levantamento planialtimétrico cadastral com georreferenciamento, deverá conter, no mínimo, as seguintes indicações:

I. Divisas do imóvel (perímetro), da área levantada e indicativo dos confrontantes;

II. Vértices de cada lote;

III. A devida identificação do sistema viário o qual o terreno é confrontante, demonstrando sua situação em relação a via pública, em toda área de levantamento e no perímetro, com a locação exata das vias oficiais de circulação.

IV. Árvores significativas, bosques e florestas e áreas de preservação permanente;

V. Acidentes geográficos, rochas afloradas e eventuais afloramentos rochosos, valas de erosão, taludes, sinalização vertical, os recursos hídricos, áreas alagadiças ou sujeitos à inundação, destacando a cota de maior inundação, córregos, rios, lagoas, nascentes e corpos d'água intermitentes ou não;

VI. Servidões e/ou faixas diversas de domínio, existentes no local em escala;

VII. Curvas de nível de metro a metro e indicação em planilha de caminamento dos talwegues;

VIII. Planilha de cálculo da área do imóvel;

IX. Apresentação do levantamento das edificações;

X. Locação de postes com identificação de alta e baixa voltagem, entradas e redes de energia;

XI. Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica/ Termo de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, RRT/CAU do responsável técnico com a taxa devidamente recolhida.

d. Outras informações, tais como:

I. As condições exigíveis para a execução do levantamento planialtimétrico devem compatibilizar medidas angulares, medidas lineares, medidas de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desníveis e as respectivas tolerâncias em função dos erros, selecionando métodos, processos e instrumentos, assegurando que a propagação de erros não exceda os limites de segurança inerentes a esta destinação;

II. Referenciar ao Sistema Geodésico Brasileiro todos os elementos topográficos existentes em atendimento ao objeto deste termo.

III. Utilizar o Sistema de Referência SIRGAS 2000;

C. DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS TRABALHOS

I. Em mídia digital, contendo:

- a) Desenhos em CAD, extensão *.dwg;
- b) Arquivos de pontos em ASCII;
- c) Arquivos de campo (caderneta de campo com irradiações);
- d) Arquivos com cálculos das poligonais;
- e) Memorial Descritivo, em extensão *.doc;
- f) Arquivos com dados brutos (sem correção diferencial) das observações GPS, quando utiliza esta tecnologia nos formatos nativos do equipamento e os arquivos no formato RINEX;
- g) Arquivos com dados corrigidos das observações GPS no formato RINEX.
- h) Arquivos brutos da coletora da estação total, em formato adequado conforme a marca e o modelo do equipamento, que possa ser importado pelo software CIVIL 3D da AUTODESK;
- i) Relatório resultante do processo de correção diferencial das observações GPS;
- j) Monografia dos marcos implantados e o Relatório com a descrição dos equipamentos utilizados;
- l) 05 (cinco) vias de plantas e memoriais descritivos em meio físico, formato A4, devidamente assinado pelo Responsável Técnico, acompanhado da ART ou RRT.

II. Outros Documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Plantas do terreno (fornecidas pela contratante-SPU/RO), que auxiliarão na eventual retificação do título;
- b. Anotações de campo referentes às medidas GPS para associação dos pontos (Marcos) ocupados com os respectivos arquivos de rastreamento, incluindo a informação dos intervalos de rastreio, a altura da antena em cada ponto (Marco) e o modelo da antena;
- c. Comparativo do perímetro encontrado no levantamento com a poligonal obtida a partir da transcrição da matrícula do imóvel.

Observações:

1. Dos itens relacionados acima, entregar cópia impressa e encadernada apenas do relatório dos equipamentos utilizados, relatório de ajustamento GPS, monografias dos vértices, relatórios de cálculo das poligonais, ART/RRT/TRT emitidos pelo CREA, CAU, ou CRT e desenhos em 2 (duas) vias impressas e assinadas pelo responsável técnico.
2. A área maior será dividida em 3 (três) lotes, com áreas assim distribuídas:
 - **Lote 003: 12.296,00 m²**
 - **Lote 004: 9.047,00 m²**
 - **Lote 005: 24.671,00 m²**
3. As dimensões dos lotes poderão sofrer ajustes em função da precisão que caracteriza o levantamento georreferenciado, pois as informações contidas na matrícula de registro não foram georreferenciadas.
4. Deverá, ainda, entregar Planta e Memorial Descritivo, no modelo da Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR, da Prefeitura Municipal de Porto Velho, em 3 (três) vias cada, da área maior e das subdivisões do lote anteriormente demonstrado.

D. DO LOCAL DO SERVIÇO

- i. Os serviços serão realizados no imóvel situado na Avenida Lauro Sodré, nº 2.661, Bairro: São Sebastião, Porto Velho, Rondônia, tendo como confrontantes: ao Norte: terras ocupadas pela Polícia Federal; ao Sul: a CPRM e o Correios; ao leste: Av. Lauro Sodré e a Oeste: terras ocupadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por terceiros; possui uma área de 46.014,00 m², matrícula nº 80.643, no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho – RO.

ii. Os serviços contratados serão executados conforme disposição contratual, sendo que qualquer modificação, alteração ou exclusão de áreas, será indicada pelo Gestor e pelo Fiscal de Contrato ora designados para acompanhamento dos serviços.

3. JUSTIFICATIVA DAS SERVIÇOS

i. Inicialmente, a Seção de Manutenção Predial – SEMAP é a unidade regimentalmente competente para inspecionar as unidades prediais e solicitar providências (contratar) atividades de manutenção predial e serviços de engenharia, incluindo serviços de levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento. O Art. 75 da Resolução TRE-RO nº 006/2015 - Regulamento da Secretaria do TRE-RO, lista o extenso rol das atribuições da SEMAP. Veja-se:

*"Da Seção de Manutenção Predial
Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:*

VIII – elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;

ii. O TRE-RO contratou empresa para elaboração dos projetos executivos da nova sede, incluindo as licenças necessárias junto as instituições, sendo que foi observado uma inconsistência quanto a devida locação do lote entregue pela SPU ao TRE, sendo necessária a realização de locação e localização com precisão a fim de sanear a inconsistência apontada pela SEMUR.

iii. Tal situação está evidenciada no processo SEI 0002397-77.2017.6.22.8000, eventos 0553832 e 0555681.

iv. A SEMAP vem buscando solucionar os diversos entraves que foram aparecendo ao longo do processo de regularização dos projetos juntos as instituições, fornecendo os documentos necessários a empresa contratada para a elaboração dos mesmos, sendo que neste momento, o problema a ser enfrentado é a elaboração de peças técnicas que tenham as coordenadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguras do imóvel e assim finalizar a etapa de elaboração dos projetos executivos e possibilitar a licitação da execução da obra.

v. Ocorre que foi identificado que a inconsistência vem desde a doação do terreno, que era do Estado, para a União e, naquela época, não foi realizado o levantamento das coordenadas e caracterização dos azimutes do terreno, o que se faz necessário atualmente.

vi. Tendo em vista que o interesse e a celeridade é do TRE-RO, pois se for encaminhar a SPU/RO para que a mesma providencie a correção, haverá uma grande perda de tempo e provavelmente não teremos tal serviço realizado em tempo hábil, o que trará consequência ao atraso para fornecer os elementos necessários para a empresa contratada para a execução dos projetos entregar os mesmos, que trará prejuízos ao TRE-RO.

A. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO:

i. Tendo em vista que o interesse e a celeridade são do TRE-RO, pois se for encaminhar a SPU/RO para que a mesma providencie a correção, haverá uma grande perda de tempo e provavelmente não teremos tal serviço realizado em tempo hábil, o que trará consequência ao atraso para fornecer os elementos necessários para a empresa contratada para a execução dos projetos entregar os mesmos, que trará prejuízos ao TRE-RO.

ii. A contratação permite a execução objetiva, utilizando-se da estrutura empresarial das empresas especializadas. Contrário senso, a Administração teria que providenciar os meios para incluir no quadro de servidores, engenheiros com habilitação em geoprocessamento aptos a realizar tal atividade técnica e equipamentos necessários, medida que não vem sendo aceita em virtude do congelamento de gastos com novas contratações de servidores na APU.

iii. Como é notório, o TRE-RO não possui disponibilidade de recursos humanos para execução direta deste serviço, bem como a aquisição de equipamentos para tal serviço o deixaria sem uso, pois é um serviço de rara necessidade.

4. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

i. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

ii. Embora não esteja previsto expressamente no PEI 2015/2020 por certo está alinhado, de forma genérica, com o indicador estratégico de **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** na medida que busca a correta adequação da infraestrutura deste Tribunal, evitando dispêndio de recursos públicos com reposição ou intervenções super-onerosas, além do desperdício de materiais que, possivelmente, possam ser aproveitados.

iii. Além disso, o objeto deste Projeto Básico está ajustado com o orçamento disponível para o exercício de 2019 e vem ao encontro **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:

1. Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
2. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

iv. Adotar-se-á como valores:

- a. Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
- b. Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
- c. Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
- d. Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
- e. Responsabilidade social e ambiental:** Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
- f. Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;
- g. Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h. Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

i. Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

B. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

i. Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

ii. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

iii. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, que tem estritamente cunho intelectual, a contratada deverá fornecer o resultado objeto desta contratação em meio digital à unidade gestora.

5. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

i. Foi expedida a COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 2/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0557599](#)) ao mercado especializado local, obtendo os preços relacionados expostos;

ii. Percebe-se a dificuldade que a Administração Pública enfrenta sempre que precisa orçar os serviços necessários para atingir suas missões, com suas especificidades próprias.

iii. Desta forma, devido à indisponibilidade de referencial exigentemente similar para esta contratação, a unidade procedeu à estimativa de preços baseando-se em pesquisa de preços no mercado local, visto que, pela natureza intrínseca e específica do objeto, outros meios semelhantes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seriam insuficientes para estimar o valor do objeto e necessidades deste Regional.

iv. De forma excepcional, e justificadamente, não foi possível obter três referenciais formalmente aprovados, seja pelo período de consulta em data máxima de 180 dias não existirem contratos com a APU, seja pelo desinteresse do mercado local na participação de instrução de preços para procedimento licitatório.

v. Este mesmo entendimento está consagrado pelo TCU em seu **Acórdão n. 1.266/2011 - Plenário, veja-se:**

"o entendimento é no sentido de que, no caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos que antecederem os processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. E que, caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada".

9. Citam-se como exemplo os Acórdãos n^{os} 3.506/2009-1^a Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1^a Câmara, 1.378/2008-1^a Câmara, 2.809/2008-2^a Câmara, 5.262/2008-1^a Câmara, 4.013/2008-1^a Câmara, 1.344/2009-2^a Câmara, 837/2008-Plenário, 3.667/2009-2^a Câmara e 3.219/2010-Plenário.

vi. Desta forma, por mais que esta unidade tenha consultado o mercado, a estimativa de preços para contratação direta foi baseada em três fornecedores, sendo, notoriamente, selecionado o menor valor.

REFERÊNCIA	REGULARIDADE FISCAL SEI	VALOR OBTIDO
COTAÇÃO DE PREÇO I PLANALTO TOPOGRAFIA CNPJ: 09.587.654/0001-38 SEI: 0557291	FGTS: regular sim (x) não () RFB/PGFN: regular sim () não (x) Débitos trabalhistas: regular sim(x) não ()	R\$ 64.000,00
COTAÇÃO DE PREÇO II GEOMÉTRICA ENG. E		R\$ 23.503,50

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJ. LTDA CNPJ: 13.900.334/0001-63 SEI: 0557291	FGTS: regular sim(x) não () RFB/PGFN: regular sim(x) não () Débitos trabalhistas: regular sim(x) não ()	
COTAÇÃO DE PREÇO III AQUATICA ENGENHARIA LTDA CNPJ: 84.748.433/0001-10 SEI: 0557291	FGTS: regular sim(x) não () RFB/PGFN: regular sim(x) não () Débitos trabalhistas: regular sim(x) não ()	R\$ 7.000,00

vii. Conforme se pode observar restaram 2 (duas) cotações válidas, o que, a princípio, contraria a orientação geral do TCU da existência de três cotações válidas e aptas a contratar com a Administração. Contudo, a cotação foi enviada para oito empresas, o que comprova limitação de mercado para o fornecimento do objeto, com a utilização de número inferior de cotações (**Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**).

viii. Além disso, tratando-se de procedimento de dispensa de licitação, não há imposição na Lei n. 8.666/93 desse número mínimo. Basta justificativa da escolha do fornecedor, aqui representada pelo menor preço obtido no mercado. **Acórdão n. 2186/2019- Plenário**;

ix. Acerca da diferença entre as cotações, apesar do distanciamento entre os valores cotados, esta unidade técnica entende que o menor valor ofertando está dentro do esperado como executável.

6. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

i. É fundamental que o órgão CONTRATANTE preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro, de acordo com o cronograma físico-financeiro presente no Termo de Referência.

ii. Preliminarmente, verifica-se que o objeto desta contratação deve observar ao dispositivo legal que determina aos contratos que tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários anuais, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii. O TCU vem reiterando que os ordenadores de despesa observem os dispositivos legais da lei 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro, conforme o acórdão 645/2007 - plenário - TCU:

"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986. Acórdão 645/2007 Plenário."

iv. Sendo assim, quando convocada a Adjudicatária para assinatura do contrato, em respeito aos artigos 58 e 60 da lei 4.320/1964 conjuntamente com a jurisprudência da Corte de Contas, a dotação necessária para assinatura da OES poderá ser custeada com os recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis, enquadramento confirmado com a COFC.

Categoria	Orçamento ordinário
Agregador	Manutenção Predial
Despesa agregada	
Plano interno	AIEF MANPRE
Valor registrado	R\$ 7.000,00

7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

i. Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste Projeto Básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;
- iii. A documentação relativa à habilitação jurídica seguirá a regra do art. 28 da lei 8.666/1993.

B. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- i. A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:
 - a. Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
 - b. Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
 - c. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - e. Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ).

C. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- i. O Contratado deverá apresentar:
 - a. **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a ADJUDICATÁRIA apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de não assinatura do contrato.

D. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA/CAU da jurisdição da sede da licitante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do CAU, que comprove que o profissional é legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da empresa licitante, já executou, sob sua responsabilidade técnica, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral com georreferenciamento.
3. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do profissional constante do atestado apresentado, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da licitante.
4. Comprovante de que o profissional detentor do atestado a que se refere o subitem 2 deste item integra o quadro permanente da licitante. Cada profissional será considerado integrante do quadro permanente da licitante se for empregado, sócio, diretor, contratado para prestação de serviços ou responsável técnico da empresa perante o CREA, ou CAU, devendo a forma de comprovação atender aos seguintes casos:
 - a. Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na Delegacia Regional do Trabalho – DRT ou, ainda, cópia da Carteira do Trabalho e Previdência Social;
 - b. Sócio: através do Contrato Social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
 - c. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia da ata de eleição da diretoria, em se tratando de Sociedade Anônima, em ambas as hipóteses com comprovante de registro na Junta Comercial;
 - d. Contratado para prestação de serviços: contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, que comprove que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus serviços no momento da execução do possível contrato;
 - e. Responsável Técnico: cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico.

8. DA POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DIRETA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. Porquanto a Lei n. 8.666/93 imponha à Administração pública o dever geral de licitar, a mesma Lei lista as hipóteses de exceção. Trata-se das licitações inexigíveis e dispensáveis, situações que nas quais é possível ao gestor público lançar mão da contratação direta, como no presente caso.

ii. Neste caso, em virtude do valor, o art. 24, II, da Lei das licitações, autoriza a dispensa da realização de procedimento licitatório, desde que observados os limites informados nas alíneas a e b a seguir, já com valores atualizados em **conformidade com o Decreto N. 9412 de Junho de 2018**.

a. para obras e serviços de engenharia: **R\$ 33.000,00** (trinta e três mil Reais)

b. para compras e serviços: **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos Reais)

iii. Desta forma, fazendo-se valer da discricionariedade atribuída ao Gestor Público, esta unidade recomenda à Autoridade Competente que seja realizada a **Contratação Direta** da Empresa **AQUATICA ENGENHARIA LTDA CNPJ: 84.748.433/0001-10**, no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)** para a execução do objeto deste Projeto Básico, pois a pretensa ADJUDICATÁRIA apresentou valor comercial nos limites exigidos para dispensa do procedimento licitatório e comprovou as condições de habilitação descritas no capítulo 7 deste PB, em conformidade com a Lei 8.666/1993: Regularidade Fiscal (evento SEI N. [0557292](#)), Qualificação Econômica-Fianceira ([0560931](#)), Habilitação Jurídica (evento SEI [0566493](#)) e Habilitação Técnica (evento SEI [0567066](#)).

9. DO CONTRATO

9.1 Das condições gerais da contratação:

i - Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada;

ii - No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência;

iii - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

iv - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

v - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

vi - CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br;

viii - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93) - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

ix - À relação contratual, além das disposições previstas na cotação de preços n. 02/2020, seus anexos e a proposta da contratada, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro e as demais legislações citadas na referida cotação de preços.

9.2 Das providências preliminares pelo contratado:

i - A CONTRATADA deverá indicar, em até cinco dias a partir da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, **para todas as finalidades.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii - O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato.

9.3 Da execução e recebimento do serviço:

i. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico.

ii. A CONTRATADA deverá atender todas as demandas do CONTRATANTE, que serão solicitadas levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do gestor/fiscal da contratação e poderão ser precedidas, ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à contratada.

iii. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.

iv. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia do contrato.

v. O prazo de início dos serviços será contado da data de Assinatura do contrato pelas partes.

vi. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra ao CONTRATANTE e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

vii. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pela unidade Gestora.

viii. É dispensado o recebimento provisório nesta contratação, com fulcro no Art. 29, §2, II, da IN 004/2008/TRE-RO.

ix. O recebimento definitivo será realizado em até 10 dias pelo Gestor, após comunicação, por escrito, pela CONTRATADA comunicando o término dos serviços.

9.4 Da subcontratação

i. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto contratado, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:

ii. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

1. Razão Social;
2. CNPJ;
3. Nome e CPF do(s) sócio(s);
4. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
5. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
6. Justificativa para subcontratação.
7. Caberá ao CONTRATANTE, ouvido o gestor do contrato, autorizar ou não a subcontratação.
8. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.
9. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

9.5 Da vigência e do prazo de execução do contrato

i. O prazo de **vigência e execução** será de **30 (trinta) dias**, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração e justificada pela Autoridade competente, obedecidas as normas legais, entre elas:

1. Prestação regular dos serviços;
2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
3. Manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
4. Manutenção do interesse pelo Contratado;
5. Concordância expressa da Contratada pela prorrogação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.6 Do eventual reajuste dos preços do contrato

i. Em razão da natureza do objeto e este não prosperar por outros exercícios orçamentários (serviços continuados), o objeto deste Projeto Básico é irreajustável.

9.7 Das alterações

i. O Contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

9.8 Do eventual reequilíbrio econômico-financeiro

i. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

"Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da OES, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

ii. **É vedado o reequilíbrio** quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93

9.9 DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Segundo

Marçal:

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais)."



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Neste caso, em razão do pequeno valor de contratação (R\$ 11.200,00), torna-se dispensável a exigência de garantia contratual, aos moldes do art. 72 da lei 8.666/1993.
3. Contudo, o CONTRATANTE poderá reter valores do montante devido de forma a assegurar a execução e pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos.
4. Ainda sobre o tema garantia, esta unidade **não exigirá garantia dos serviços prestados**, visto tratar-se de trabalho meramente avaliativo, com vistas a levantar o valor comercial estimado dos componentes do objeto para fins de tomada de decisão quanto à destinação final pela Administração.

9.10 Das obrigações em geral

9.10.1 Das obrigações da contratada

1. Indicar no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, o PREPOSTO, podendo ser este prazo prorrogado por igual período pela Autoridade Competente, desde que justificadamente;
2. Empregar, na realização do serviço objeto desta contratação, pessoal devidamente qualificado;
3. Empregar, nos casos aplicáveis aos serviços, materiais e equipamentos novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
4. Gerir a mão de obra necessária para a realização do trabalho, inclusive de eventuais subcontratadas.
5. O preposto deverá atender às solicitações emitidas pelo CONTRATANTE de forma imediata.
6. Submeter à CONTRATANTE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.
7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93.
8. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução do objeto desta contratação.
9. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.
11. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
12. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
13. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.
14. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade necessários à execução deste objeto, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.
15. Se necessário, proceder à limpeza e retirada de qualquer detrito dos locais de trabalho, em razão da entrega do objeto.
16. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
17. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
18. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 1. Descrição dos serviços realizados.
 2. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
19. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO.
20. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles.

21. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

22. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI nas visitas à sala do grupo gerador;

23. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.

24. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;

25. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.

26. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010:

" Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.

"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"

27. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

"XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."

28. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis.**

29. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Projeto Básico, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras.

30. A CONTRATADA deverá prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no objeto deste Projeto Básico.

31. Para garantir a perfeita comunicação entre a CONTRANTE e a CONTRATADA, o representante dos serviços deverá enviar relatório ou boletim semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

1. Condições de trabalho;
2. Casos fortuitos e de força maior;
3. Cumprimento de prazos;
4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.

9.10.2 Obrigações do contratante

1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
2. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
3. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ.
4. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
5. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação da regularidade pela fiscalização e emissão de Nota Técnica pelo gestor designado pelo CONTRATANTE, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
6. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação.
7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
8. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

9. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município, se for o caso, no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso.

10. Após oficialização do termino do serviço executado e devidamente certificados pela unidade gestora, a Contratada deverá emitir Nota Fiscal e Fatura correspondente ao serviço executado com o valor apresentado na proposta.

11. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.

12. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pela gestão e fiscalização do Contrato.

13. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

14. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do Contrato. **Em todos os pagamentos o CONTRATANTE fará as retenções tributárias legais.**

15. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	Onde:
	EM = Encargos moratórios;
	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
	VP = Valor da parcela a ser paga.
	I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
	$I = ((TX)/365) \quad I = ((6/100)/365) \quad I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$

N1. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

N2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

16. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
17. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
18. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações.
19. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o contrato, aplicando as penalidades cabíveis.
20. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
21. Receber, DEFINITIVAMENTE, em até dez dias úteis após fim da vigência do futuro Contrato, o objeto deste PB, nos termos do art. 73 da lei das licitações - 8.666/93, liberando o contratado de todas as obrigações.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

1. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.
2. A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidor técnico previamente designado no Contrato pela Administração, em observância à IN/TRE-RO/004/2008.
3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.
4. Por ato motivado, a Autoridade Competente poderá atribuir a gestão do Contrato a pessoa diversa.
5. É vedada designação de servidor que:
 1. possua com o contratado relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. seja amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contratado;
3. tenha parentesco com membro da família do contratado;
4. por motivos éticos, não possa exercer a função com austeridade exigida pelo interesse público ou, em a exercendo, comprometa a imagem pública da instituição.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Poderá ficar impedida de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, caso a ADJUDICATÁRIA:

1. Deixar de entregar a documentação exigida para assinatura do Contrato;
 2. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
 3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 4. Comportar-se de modo inidôneo;
 5. Cometer fraude fiscal.
2. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em instrumento contratual, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a CONTRATADA a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
1. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços até 5 (cinco) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo do valor adjudicado, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
 2. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do Contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do Contrato.
 3. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do Contrato:
 1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do Contrato;
 2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

5. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

1. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
3. Multa de até 10% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA. Justifica-se o majoramento da penalidade neste tipo de inexecução pelo fato de os prejuízos serem mais onerosos para a Administração.
4. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 01 (um) anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
6. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
7. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do Contrato.
8. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada do montante a que fizer jus.

10. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

11. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

12. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

12. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

1. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Projeto Básico serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

13. ANEXOS

1. Fazem parte deste Projeto Básico os seguintes anexos:

ANEXO I – MATRÍCULA Nº 80643, DO 1º SERVIÇO REGISTRAL DA COMARCA DE PORTO VELHO ([0557287](#));

ANEXO II – CERTIDÃO DE DESMEMBRAMENTO ([0557288](#));

ANEXO III - COTAÇÕES ([0557291](#));

ANEXO IV - REGULARIDADE FISCAL ([0557292](#));

ANEXO V - CERTIDÃO CNJ, FALÊNCIA E CONCORDATA: AQUÁTICA ENG. ([0560931](#));

ANEXO VI - HABILITAÇÃO JURÍDICA: AQUÁTICA ENG. ([0566493](#));

ANEXO VII - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: AQUÁTICA ENG. ([0567066](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

1. As especificações do objeto foram levantadas através de informação do servidor Antônio Roberto dos Santos Ferreira – Engenheiro Civil.
2. As demais regras do Projeto Básico foram revisadas pelo servidor Leisson de Sousa Castro, Chefe da SEMAP.



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA**

CASTRO, Chefe de Seção, em 05/08/2020, às 17:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002010-57.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: : Análise – Dispensa de Licitação – contratação de serviços Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento para determinar a localização da propriedade onde será construída a nova sede do TRE-RO dentro do globo terrestre.

PARECER JURÍDICO Nº 173 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – SEMAP ([0557268](#)), com a finalidade de contratar diretamente empresa especializada para executar os serviços de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento de forma a descrever um imóvel em seus limites, características e confrontações por meio de memorial descritivo. Tem o objetivo de determinar a localização da propriedade dentro do globo terrestre. A pretensa contratação visa sanar as divergências apontadas pela SEMUR, por meio da Notificação 5410/2020/SEMUR ([0553832](#)), no projeto da nova SEDE do TRE-RO e do novo Fórum Eleitoral de Porto Velho.

02. A unidade demandante instruiu os autos com: Anexo I – Matrícula do imóvel no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho/RO ([0557287](#)), Anexo II – Certidões de desmembramento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0557288](#)), Anexo III – Cotações ([0557291](#)), Anexo IV - Regularidade fiscal ([0557292](#)), Anexo V – Certidão CNJ e de Falências e Concordatas ([0560931](#)), Anexo VI – Habilitação jurídica ([0566493](#)), Anexo VII – Habilitação técnica ([0567066](#)).

03. O Projeto Básico 6 ([0567067](#)) contém a descrição do objeto e seus complementos, a justificativa dos serviços, conformidade com o planejamento estratégico e critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação baseado na cotação de preços, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, do contrato, da garantia contratual, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

04. Por meio do Despacho n. 1171/2020 ([0561089](#)) o secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos à COMAP para análise do Termo de referência/Projeto Básico, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual e à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

05. Após diligência a unidade solicitante da contratação ([0562175](#)), a COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado ([0567067](#)), atentando que o referido instrumento, complementado pela Cotação de Preços (Anexo III - [0557291](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO e diante da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa, manifestou-se pela adjudicação do objeto caso a autoridade superior aprove o PB, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico n. 95/2020 ([0567812](#)).

06. Em seguida, veio aos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com a informação do Pré-empenho n. 2020PE000177 e de que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro* ([0568059](#)). A minuta de Carta-Contrato veio aos autos pelo evento [0573997](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

08. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

09. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

10. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

11. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de R\$ 7.000,00, conforme demonstrado no Projeto Básico ([0567067](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0557291](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

12. Ademais, a Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, ainda em vigor (prorrogada pelo presidente da mesa do Congresso Nacional por mais 60 dias), adequa os limites de dispensa de licitação, estabelecendo no seu art. 1º, I, "b", o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para outros serviços e compras e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

13. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

15. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

16. No vertente caso, a unidade SEMAP apresentou nos autos cotação de preços no mercado local dentre 03 (três) empresas com propostas válidas, aptas a contratar com o Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), conforme juntado no Anexo III - Cotações ([0557291](#)).

17. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que **a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos**, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

18. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **AQUATICA ENGENHARIA CIVIL EIRELI - CNPJ: 84.748.433/0001-10**, no valor de **R\$ 7.000,00** (sete mil reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

19. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

20. No caso ventilado, ambas as empresas cotadas apresentam sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados nos eventos 0557292. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

21. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **AQUATICA ENGENHARIA CIVIL EIRELI** - CNPJ: 84.748.433/0001-10 a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, **todavia, antes da assinatura do contrato, as certidões da empresa vencedora do certame devem ser atualizadas.**

22. De outro lado, o Projeto Básico 6 ([0567067](#)), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação.**

23. Com relação a minuta de Carta-Contrato ([0573997](#)), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Contudo, está AJDG, com precedente na Decisão TCU n. 1336/06-Plenário, entende desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da aquisição, situar-se nos patamares da dispensa legal. Todavia, aconselhamos que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

III – DA CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa **AQUATICA ENGENHARIA CIVIL EIRELI - CNPJ: 84.748.433/0001-10**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

26. Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (0573997)**.

27. Para a demonstrar que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**, a unidade GABSAOFC certifica nos autos ([0561892](#)) a juntada da Planilha Registro de Processos do exercício de 2020, devidamente atualizada ([0561891](#)).

28. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/08/2020, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002010-57.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação de serviços Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento para determinar a localização da propriedade onde será construída a nova sede do TRE-RO dentro do globo terrestre. Dispensa de licitação (art. 24, II).

DESPACHO Nº 1323 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL – SEMAP ([0557268](#)), com a finalidade de contratar diretamente empresa especializada para executar os serviços de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento de forma a descrever um imóvel em seus limites, características e confrontações por meio de memorial descritivo. Tem o objetivo de determinar a localização da propriedade dentro do globo terrestre. A pretensa contratação visa sanar as divergências apontadas pela SEMUR, por meio da Notificação 5410/2020/SEMUR ([0553832](#)), no projeto da nova SEDE do TRE-RO e do novo Fórum Eleitoral de Porto Velho.

Os autos foram instruídos com os seguintes anexos: Anexo I – Matrícula do imóvel no 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho/RO ([0557287](#)), Anexo II – Certidões de desmembramento ([0557288](#)), Anexo III – Cotações ([0557291](#)), Anexo IV - Regularidade fiscal ([0557292](#)), Anexo V – Certidão CNJ e de Falências e Concordatas ([0560931](#)), Anexo VI – Habilitação jurídica ([0566493](#)), Anexo VII – Habilitação técnica ([0567066](#)).

A SEMAP elaborou o Projeto Básico nº 6/2020 ([0567067](#)) e pugnou pela contratação direta da Empresa **AQUATICA ENGENHARIA LTDA CNPJ: 84.748.433/0001-10**, no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)** para a execução do objeto, por dispensa de licitação, uma vez que o valor cotado está dentro do limite legal permitido. A justificativa para a contratação do objeto foi apresentada pela unidade demandante no item 3 do referido Projeto Básico, informando que este Tribunal contratou empresa para elaboração dos projetos executivos da nova sede, incluindo as licenças necessárias junto as instituições, e foi observada uma inconsistência quanto a devida locação do lote entregue pela SPU ao TRE,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo necessária a realização de locação e localização com precisão a fim de sanear a inconsistência apontada pela SEMUR. Dessa forma, para que as peças técnicas tenham as coordenadas seguras do imóvel e assim finalizar a etapa de elaboração dos projetos executivos e possibilitar a licitação da execução da obra, faz-se necessária a execução de Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral por meio de Georreferenciamento de forma a descrever um imóvel em seus limites, características e confrontações por meio de memorial descritivo.

Realizada a Cotação de Preços n. 002/2020 - SEMAP ([0557291](#)) 03 (três) empresas apresentaram propostas válidas. A empresa AQUATICA ENGENHARIA CIVIL EIRELI - CNPJ: 84.748.433/0001-10 apresentou a melhor proposta, conforme evento 0509188, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) .

A Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu que o Projeto Básico 6 encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, e se manifestou pela adjudicação do objeto do PB à referida empresa ofertante do menor preço ([0567812](#)).

Juntou-se aos autos a programação orçamentária ([0568059](#)) no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), relativo ao exercício de 2020, para cobertura da despesa. Por sua vez, a SECONT elaborou e juntou aos presentes autos minuta da Carta-Contrato ([0573997](#)) contendo todas as disposições normativas que regem a presente avença.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico nº 173/2020 ([0575144](#)), opinou pela possibilidade de contratação direta com a empresa AQUATICA ENGENHARIA CIVIL EIRELI - CNPJ: 84.748.433/0001-10, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993. Além disso, aprovou os termos da minuta de carta-contrato elaborada pela SECONT, em cumprimento ao art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Por fim, pugnou pela juntada da Planilha Registro de Processos do exercício de 2020, a fim de demonstrar que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.

Por fim, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação se manifestou pela aprovação do projeto básico e autorização para emissão de Nota de Empenho em favor da empresa supracitada. Quanto à ressalva apontada pela Assessoria Jurídica, certificou que esta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração não realizou contratações da mesma natureza do objeto que se pretende contratar, restando afatada a situação de fracionamento irregular de despesa e informou que a Planilha de Controle de Aquisições e Contratações (Livro de Registro de Processos com Despesa) será juntada aos autos tão logo atualizada.

Inicialmente, entende-se que a contratação pretendida poderá ser processadas de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor cotado está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada a despesa com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Medida Provisória nº 961/2020, que fixa para a administração pública valores atualizados para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93.

Na análise do presente feito, verificou-se que foram obtidas no mercado local propostas válidas ofertadas por 03 (três) empresas aptas a contratar com a Administração Pública, atendendo, assim, os requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93), conforme o entendimento assentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos Acórdãos 1.782/2010 e 1.565/2015 – Plenário.

Verifica-se que o Projeto Básico nº 6 /2020 - SEMAP ([0567067](#)), complementado pela Cotação de preços, possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO.

Por fim, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a Minuta de Carta-Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica, por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Por todo o exposto e, com base nas atribuições de competências delegadas pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta diretora-geral ratifica a situação de dispensa de licitação reconhecida pela SAOFC, e:

1 - Aprova o Projeto Básico nº 6 /2020 - SEMAP ([0567067](#)) complementado pela Cotação de preços n. 02/2020 - SEMAP, pois possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO;

2 - Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3 - Adjudica o objeto à empresa AQUATICA ENGENHARIA CIVIL EIRELI - CNPJ: 84.748.433/0001-10 e autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em favor da referida empresa, condicionado à sua regularidade fiscal antes da assinatura do contrato.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/08/2020, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0576849** e o código CRC **51B2FBC7**.